



Resolução de Questões

DIREITO TRIBUTÁRIO

André Portella

CESPE

Juiz Federal

TRF1 (2009, 2011, 2013)

TRF2 (2009, 2011, 2013)

TRF3 (2011)

TRF5 (2011, 2013)

Estrutura Geral das Resoluções

1. Direito Financeiro: 19 questões
2. Direito Tributário: 59 questões

Estrutura do Módulo

1. Competência Tributária (4 questões)
2. Impostos em espécie (5 questões)
3. Princípios tributários (7 questões)
4. Imunidade Tributária (2 questões)
5. Legislação Tributária (5 questões)

Competência Tributária (4 questões)

CESPE – JUIZ FEDERAL – TRF2 2009

62. Assinale a opção correta acerca da competência tributária.

A) A União detém competência tributária residual e no seu exercício poderá editar lei em que a nova exação seja não cumulativa, desde que não tenha fato gerador ou base de cálculo próprios dos demais tributos discriminados na CF.

B) A competência tributária da União sobre operações de crédito, câmbio e seguro ou relativas a títulos ou valores mobiliário não a autoriza a tributar as operações de factoring, uma vez que em tal atividade há transferência de crédito sem direito de regresso, e a duplicata não paga não é devolvida ao credor original, como ocorre no setor financeiro.

C) A União poderá estabelecer a incidência do imposto sobre importação da mercadoria nacional exportada que retornar por importação, já que lhe foi outorgada competência tributária sobre a origem do bem vindo do exterior, não importando o local de fabricação.

D) O ônus tributário dos impostos indiretos recai no consumo, em razão do que é direito do industrial, quando adquirir insumos com alíquota de IPI menor do que a estabelecida para o produto final, fazer incidir esta última também na aquisição, cumprindo a não cumulatividade do imposto.

E) A competência para instituir tributo é distinta da competência para efetuar sua fiscalização e cobrança; pode, por isso, ser delegada a condição de sujeito ativo da obrigação tributária e, conseqüentemente, a competência para lançar, fiscalizar e exigir o pagamento do tributo.

A) A União detém competência tributária residual e no seu exercício poderá editar **lei** em que a nova exação seja não cumulativa, desde que não tenha fato gerador ou base de cálculo próprios dos demais **tributos** discriminados na CF.

CF/88, Art. 154. A União poderá instituir:

I - mediante lei complementar, impostos não previstos no artigo anterior, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados nesta Constituição;

B) A competência tributária da União sobre operações de crédito, câmbio e seguro ou relativas a títulos ou valores mobiliário **não a autoriza a tributar as operações de factoring**, uma vez que em tal atividade há transferência de crédito sem direito de regresso, e a duplicata não paga não é devolvida ao credor original, como ocorre no setor financeiro.

STF: incidência do IOF sobre operações de factoring, ainda que não realizada por instituição financeira

C) A União **poderá** estabelecer a incidência do imposto sobre importação da mercadoria nacional exportada que retornar por importação, já que lhe foi outorgada competência tributária sobre a origem do bem vindo do exterior, não importando o local de fabricação.

CF/88, Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre:

I – importação de produtos estrangeiros;

D) O ônus tributário dos impostos indiretos recai no consumo, em razão do que é direito do industrial, quando adquirir insumos com alíquota de IPI menor do que a estabelecida para o produto final, **fazer incidir esta última também na aquisição**, cumprindo a não cumulatividade do imposto.



E) A competência para instituir tributo é distinta da competência para efetuar sua fiscalização e cobrança; pode, por isso, ser delegada a condição de sujeito ativo da obrigação tributária e, conseqüentemente, a competência para lançar, fiscalizar e exigir o pagamento do tributo.

CTN, Art. 7º A competência tributária é indelegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra, nos termos do §3º do artigo 18 da Constituição [CF/1946].

CESPE – JUIZ FEDERAL – TRF2 2013

67. Pode ser objeto de delegação

- A) a capacidade tributária ativa.
- B) o poder tributário.
- C) a competência tributária.
- D) a soberania tributária.
- E) a autonomia tributária.

CESPE – JUIZ FEDERAL – TRF2 2011

65. Com relação às prerrogativas constitucionais da União sobre os estados e municípios, assinale a opção correta.

A) Constitui competência da União instituir isenção do imposto sobre heranças, legados e doações, desde que essa isenção afete apenas um estado específico.

B) À União cabe definir alíquotas do imposto sobre a propriedade de veículos automotores a serem aplicadas em cada estado.

C) Cabe à União criar imposto sobre serviços de qualquer natureza em municípios que não tiverem instituído essa exação, embora a competência para cobrá-los seja dos próprios municípios.

D) À União compete realizar a cobrança de imposto sobre serviços de qualquer natureza em municípios que, embora tenham instituído essa exação, não a estejam cobrando.

E) Compete à União, por meio de lei complementar, regular a forma como, mediante deliberação dos estados e do DF, podem ser concedidos, pelos estados, isenções, incentivos e benefícios fiscais.

Competência: Impostos

	Federal	Estadual e DF	Municipal e DF
Renda	IR		
Propriedade	ITR	IPVA	IPTU
Consumo	IPI, IOF, II, IE,	ICMS	ISS (ISSQN)
Transmissão da propriedade		ITD (ITCMD)	ITIV (ITBI)
Extraordinários	IEG, IGF, Imposto Residual		

CF/88, Art. 146. Cabe à lei complementar:

III - estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre:

a) definição de tributos e de suas espécies, bem como, em relação aos impostos discriminados nesta Constituição, a dos respectivos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes;

CESPE – JUIZ FEDERAL – TRF2 2011

65. Com relação às prerrogativas constitucionais da União sobre os estados e municípios, assinale a opção correta.

A) Constitui competência da União instituir isenção do imposto sobre heranças, legados e doações, desde que essa isenção afete apenas um estado específico.

B) À União cabe definir alíquotas do imposto sobre a propriedade de veículos automotores a serem aplicadas em cada estado.

C) Cabe à União criar imposto sobre serviços de qualquer natureza em municípios que não tiverem instituído essa exação, embora a competência para cobrá-los seja dos próprios municípios.

D) À União compete realizar a cobrança de imposto sobre serviços de qualquer natureza em municípios que, embora tenham instituído essa exação, não a estejam cobrando.

E) Compete à União, por meio de lei complementar, regular a forma como, mediante deliberação dos estados e do DF, podem ser concedidos, pelos estados, isenções, incentivos e benefícios fiscais.

CESPE – JUIZ FEDERAL – TRF5 2011

65. Considerando a competência tributária e as limitações do poder de tributar, assinale a opção correta.

A) É compatível com a CF lei complementar estadual que isente os membros do MP do pagamento de custas judiciais, notariais, cartorárias e quaisquer taxas ou emolumentos.

B) Segundo a jurisprudência do STF, ofende o princípio da isonomia tributária a instituição de lei que, por motivos extrafiscais, imprima tratamento desigual a microempresas de capacidade contributiva distinta, afastando do regime do SIMPLES aquelas cujos sócios tenham condição de disputar o mercado de trabalho sem auxílio estatal.

C) A imunidade tributária recíproca impede a cobrança de impostos, taxas e contribuições entre os entes federativos.

D) De acordo com o que dispõe o CTN, os tributos cuja receita seja distribuída, no todo ou em parte, a outras pessoas jurídicas de direito público pertencem à competência legislativa daquela a que tenham sido atribuídos.

E) A atribuição da competência tributária compreende as garantias e os privilégios processuais que competem à pessoa jurídica de direito público que a conferir.

A) É **compatível** com a CF lei complementar estadual que isente os membros do MP do pagamento de custas judiciais, notariais, cartorárias e quaisquer taxas ou emolumentos.

"A lei complementar estadual que isenta os membros do Ministério Público do pagamento de custas judiciais, notariais, cartorárias e quaisquer taxas ou emolumentos fere o disposto no art. 150, II, da Constituição do Brasil (princípio da igualdade de tratamento aos contribuintes) (STF, ADI 3.260,, julgamento em 29-3-2007)

B) Segundo a jurisprudência do STF, **ofende** o princípio da isonomia tributária a instituição de lei que, por motivos extrafiscais, imprima tratamento desigual a microempresas de capacidade contributiva distinta, afastando do regime do SIMPLES aquelas cujos sócios tenham condição de disputar o mercado de trabalho sem auxílio estatal.

STF: “Não há ofensa ao princípio da isonomia tributária se a lei, por motivos extrafiscais, imprime tratamento desigual a microempresas e empresas de pequeno porte de capacidade contributiva distinta, afastando do regime do SIMPLES aquelas cujos sócios têm condição de disputar o mercado de trabalho sem assistência do Estado.” (Ação Direta de Inconstitucionalidade)

C) A imunidade tributária recíproca impede a cobrança de impostos, **taxas e contribuições** entre os entes federativos.

CF/88, Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

VI - instituir impostos sobre: a) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros;

D) De acordo com o que dispõe o CTN, os tributos cuja receita seja distribuída, no todo ou em parte, a outras pessoas jurídicas de direito público pertencem à competência legislativa daquela a que tenham sido atribuídos.

CTN, Art. 6º Parágrafo único. Os tributos cuja receita seja distribuída, no todo ou em parte, a outras pessoas jurídicas de direito público pertencerá à competência legislativa daquela a que tenham sido atribuídos.

E) A atribuição da competência tributária compreende as garantias e os privilégios processuais que competem à pessoa jurídica de direito público que a conferir.

Impostos em espécie (5 questões)

63. João, contribuinte do imposto de renda da pessoa física, recebe mensalmente um salário de R\$ 5.000,00 e uma renda de aluguel de R\$ 2.000,00, relativa a um apartamento urbano de sua propriedade e cujo inquilino é contratualmente responsável pelo pagamento mensal do condomínio, no valor de R\$ 500,00. João, por sua vez, reside em uma casa que não lhe pertence, pela qual paga aluguel mensal no valor de R\$ 2.000,00, sem incidência de taxa condominial.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta.

A) Se o locatário entregar ao locador, mensalmente, o valor do condomínio, e o locador promover o pagamento, essa prática implicará elevação da base de cálculo mensal do imposto de renda do locador em R\$ 500,00.

B) A dedução mensal determinada em lei para efeito do cálculo do imposto de renda mensal da pessoa física deve ser efetuada sobre o salário, para o cálculo do imposto retido na fonte, e, igualmente, sobre a renda de aluguel.

C) Não há qualquer imposto de renda mensal a ser pago por João sobre o aluguel recebido, pois o valor que João recebe mensalmente é igual ao valor que ele paga de aluguel.

D) João deve pagar mensalmente imposto de renda apenas sobre os R\$ 500,00 de condomínio que o inquilino paga, pois esse é o saldo positivo entre a receita e a despesa mensal com habitação.

E) Para pagar o imposto de renda adicional, João deve levar em consideração apenas a renda de R\$ 2.000,00 relativa ao aluguel, não importando o quanto o inquilino pague de condomínio.

A) Se o locatário entregar ao locador, mensalmente, o valor do condomínio, e o locador promover o pagamento, essa prática implicará elevação da base de cálculo mensal do imposto de renda do locador em R\$ 500,00.

*** ERRADO: o condomínio recebido pelo locador não constitui rendimento**

B) A dedução mensal determinada em lei para efeito do cálculo do imposto de renda mensal da pessoa física deve ser efetuada sobre o salário, para o cálculo do imposto retido na fonte, e, igualmente, sobre a renda de aluguel.

*** ERRADO: rendimento de aluguel é equiparado ao rendimento de trabalho, e o cálculo deve ser comum**

C) Não há qualquer imposto de renda mensal a ser pago por João sobre o aluguel recebido, pois o valor que João recebe mensalmente é igual ao valor que ele paga de aluguel.

D) João deve pagar mensalmente imposto de renda apenas sobre os R\$ 500,00 de condomínio que o inquilino paga, pois esse é o saldo positivo entre a receita e a despesa mensal com habitação.

*** ERRADO: Recebimento de aluguel é tributável. Pagamento de aluguel não é despesa dedutível.**

E) Para pagar o imposto de renda adicional, João deve levar em consideração apenas a renda de R\$ 2.000,00 relativa ao aluguel, não importando o quanto o inquilino pague de condomínio.

CESPE – JUIZ FEDERAL – TRF2 2009

64. No que se refere ao imposto incidente sobre a renda e proventos de qualquer natureza, assinale a opção correta.

A) As verbas pagas quando da rescisão de contrato de trabalho sem justa causa não estão sujeitas à sua incidência, por terem caráter indenizatório, o que não se dá com a quantia que ultrapassar tais limites por liberalidade do empregador.

B) Não incide sobre o pagamento de horas extras, uma vez que se trata de verba indenizatória.

C) O pagamento de férias não gozadas por necessidade de serviço não é produto de capital, do trabalho ou de combinação de ambos, mas representa acréscimo de capital e sujeita-se à incidência do tributo.

D) O rateio do patrimônio entre os associados, no caso de liquidação de entidade imune, serve de base de cálculo para incidência desse imposto.

E) As verbas recebidas em caráter indenizatório não são passíveis de tributação, o que não ocorre com os juros incidentes sobre elas.

A) As verbas pagas quando da rescisão de contrato de trabalho sem justa causa não estão sujeitas à sua incidência, por terem caráter indenizatório, o que não se dá com a quantia que ultrapassar tais limites por liberalidade do empregador.

B) **Não incide** sobre o pagamento de horas extras, uma vez que se trata de verba indenizatória.

STJ, Súmula 463. Incide imposto de renda sobre os valores percebidos a título de indenização por horas extraordinárias trabalhadas, ainda que decorrentes de acordo coletivo.

C) O pagamento de férias não gozadas por necessidade de serviço não é produto de capital, do trabalho ou de combinação de ambos, mas representa acréscimo de capital e **sujeita-se à incidência do tributo.**

STJ, Súmula n. 125. O pagamento de férias não gozadas por necessidade do serviço não está sujeito a incidência do imposto de renda.

D) O rateio do patrimônio entre os associados, no caso de liquidação de entidade imune, **serve de base de cálculo para incidência** desse imposto.

“1. O patrimônio de entidade imune ao Imposto de Renda, se rateado entre os associados, quando liquidado, não serve de base de cálculo para o referido imposto. 2. Importâncias recebidas que não se subsumem no conceito de renda (art. 43 do CTN).” (REsp 413.291/RS, 13/8/2002,)

E) As verbas recebidas em caráter indenizatório não são passíveis de tributação, o que não ocorre com os juros incidentes sobre elas.

“Os valores recebidos pelo contribuinte a título de juros de mora, na vigência do Código Civil de 2002, têm natureza jurídica indenizatória. Nessa condição, portanto, sobre eles não incide imposto de renda, consoante a jurisprudência sedimentada no STJ.” (REsp 1037452/SC)

CESPE – JUIZ FEDERAL – TRF1 2013

66. No que se refere às espécies tributárias, aos impostos federais e às receitas públicas, assinale a opção correta.

A) Para a incidência do imposto de renda das pessoas físicas, considera-se, independentemente da denominação dos rendimentos e da nacionalidade da fonte, o benefício do contribuinte, por qualquer forma e a qualquer título.

B) O imposto sobre produtos industrializados, apesar de constituir importante instrumento de política econômica, desestimula o setor exportador, pois incide sobre a produção industrial destinada a outros países.

C) Como forma de fortalecer o papel do Estado no desenvolvimento econômico, a legislação referente ao imposto de renda prevê o favorecimento das empresas públicas e das sociedades de economia mista, dando-lhes tratamento distinto ao dado às demais pessoas jurídicas.

D) Taxa instituída pela União pelo exercício do poder de polícia, por ser receita tributária, classifica-se legalmente como receita de capital.

E) Dado seu caráter regressivo, o imposto sobre propriedade territorial não desestimula a manutenção de propriedades improdutivas.

A) Para a incidência do imposto de renda das pessoas físicas, considera-se, independentemente da denominação dos rendimentos e da nacionalidade da fonte, o benefício do contribuinte, por qualquer forma e a qualquer título.

CTN, Art. 43. § 1º A incidência do imposto independe da denominação da receita ou do rendimento, da localização, condição jurídica ou nacionalidade da fonte, da origem e da forma de percepção.

B) O imposto sobre produtos industrializados, apesar de constituir importante instrumento de política econômica, **desestimula o setor exportador, pois incide sobre a produção industrial destinada a outros países.**

CF/88, Art. 153, § 3º - O imposto previsto no inciso IV [IPI]: III - não incidirá sobre produtos industrializados destinados ao exterior.

C) Como forma de fortalecer o papel do Estado no desenvolvimento econômico, a legislação referente ao imposto de renda prevê o **favorecimento das empresas públicas e das sociedades de economia mista**, dando-lhes tratamento distinto ao dado às demais pessoas jurídicas.

D) Taxa instituída pela União pelo exercício do poder de polícia, por ser receita tributária, classifica-se legalmente como **receita de capital**.

E) Dado seu caráter regressivo, o imposto sobre propriedade territorial **não** desestimula a manutenção de propriedades improdutivas.

CESPE – JUIZ FEDERAL – TRF2 2009

65. Em cada uma das opções abaixo, apresenta-se uma situação hipotética acerca do imposto de importação (II), seguida de assertiva a ser julgada. Assinale a opção que apresenta a assertiva correta.

A) Determinada empresa especializada na venda em atacado de produtos de pequeno valor resolveu modernizar seus departamentos de almoxarifado e contabilidade e, para tanto, importou diversos computadores. Nessa situação, **não incidirá II**, em virtude de se tratar de produtos destinados ao ativo fixo, não considerados mercadoria.

B) No desembaraço aduaneiro de mercadorias importadas por determinada empresa, o auditor fiscal desconfiou dos valores lançados nos documentos que lhe foram apresentados e constatou que estes eram inidôneos. Nessa situação, o fiscal poderá arbitrar validamente outros valores para incidência do II e condicionar a liberação das mercadorias ao oferecimento de garantia de pagamento.

C) Uma empresa adquiriu mercadorias na China, preencheu declaração de importação e registrou-a nos órgãos estatais. Nessa situação, **não** lhe poderá ser exigido o II no desembaraço aduaneiro, porque foi regularmente registrada a operação.

D) Ana Maria, retornando do exterior, excedeu a cota de isenção estabelecida para a importação de produtos de uso pessoal, declarando valores muito inferiores, o que foi constatado pelo fisco quando do ingresso na fronteira. Nessa situação, o fisco **deverá** aplicar a sanção de perdimento das mercadorias.

E) Determinada empresa dirigiu-se a posto fiscal de fronteira para liberar mercadorias importadas e lá tomou ciência do aumento da alíquota do II. Nessa situação, a empresa deverá efetuar o pagamento do tributo com base na **alíquota vigente na data da expedição da guia de importação.**

CESPE – JUIZ FEDERAL – TRF5 2011

66. Com relação aos impostos federais, assinale a opção correta.

A) A imunidade tributária conferida aos partidos políticos, às entidades sindicais dos trabalhadores e às instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, **não** abrange o imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou as relativas a títulos ou valores mobiliários.

B) É constitucional a instituição de taxa municipal de conservação de estradas de rodagem **cuja base de cálculo seja idêntica à do imposto** sobre a propriedade territorial rural.

C) A base de cálculo do imposto sobre a exportação corresponde, quando a alíquota for específica, ao preço normal que o produto ou seu similar alcançaria, ao tempo da exportação, em uma venda em condições de livre concorrência.

D) Considera-se contribuinte do imposto de renda o titular de disponibilidade econômica ou jurídica, podendo a lei atribuir essa condição ao possuidor, a qualquer título, dos bens produtores de renda ou dos proventos tributáveis.

E) O imposto sobre produtos industrializados, que pode ser seletivo, em razão da essencialidade do produto, deve ser não cumulativo e incidir sobre produtos industrializados destinados ao exterior.

Princípios tributários (7 questões)

CESPE – JUIZ FEDERAL – TRF1 2009

69. A respeito do crédito e do princípio da não cumulatividade do IPI, assinale a opção correta.

A) A indústria não pode creditar-se do valor do IPI relativo à energia elétrica consumida no processo de industrialização, por não se tratar de insumo ou matéria-prima que se incorpore à transformação do produto.

B) Se uma indústria utilizar, no processo de industrialização, diversos bens onerados pelo IPI sobre os quais incidam diferentes alíquotas, quando da saída do produto dessa indústria, **deverá ser utilizada a alíquota média**, objetivando cumprir o princípio da não cumulatividade.

C) Em razão da **seletividade e essencialidade** do produto é que poderá o industrial creditar-se do IPI referente aos insumos adquiridos com alíquota zero.

D) A indústria **pode** creditar-se do IPI pago na aquisição de materiais destinados ao ativo permanente da empresa, para fazer face ao princípio constitucional da não cumulatividade.

E) **Não** gera crédito do IPI o valor do tributo incidente sobre as embalagens recebidas para emprego em industrialização e acondicionamento.

CESPE – JUIZ FEDERAL – TRF5 2013

69. Assinale a opção correta de acordo com a CF, as normas gerais de direito tributário e a jurisprudência do STJ e do STF.

A) Segundo a CF, o IR deve submeter-se à exigência da noventena, mas não necessita obedecer a anterioridade tributária. O IPI, por sua vez, tem o tratamento inverso, visto que está liberado da noventena, mas é obrigado a respeitar a anterioridade tributária.

B) A seletividade implica tributação diferenciada conforme a qualidade do que é objeto da tributação, não se confundindo com a progressividade, que se refere ao simples agravamento do ônus tributário conforme a base de cálculo aumenta.

- C) O imposto sobre operações financeiras submete-se ao princípio da anterioridade anual.
- D) É possível a utilização da regra de imputação de pagamentos prevista no Código Civil às hipóteses de compensação tributária.
- E) É inadmissível a cobrança de tarifa de água fixada de acordo com as categorias de usuários e as faixas de consumo.

A) Segundo a CF, o IR deve submeter-se à exigência da noventena, mas não necessita obedecer a anterioridade tributária. O IPI, por sua vez, tem o tratamento inverso, visto que está liberado da noventena, mas é obrigado a respeitar a anterioridade tributária.

B) A seletividade implica tributação diferenciada conforme a qualidade do que é objeto da tributação, não se confundindo com a progressividade, que se refere ao simples agravamento do ônus tributário conforme a base de cálculo aumenta.

C) O imposto sobre operações financeiras **submete-se** ao princípio da anterioridade anual.

D) **É possível** a utilização da regra de imputação de pagamentos prevista no Código Civil às hipóteses de compensação tributária. (CTN, art. 163)

E) **É inadmissível** a cobrança de tarifa de água fixada de acordo com as categorias de usuários e as faixas de consumo.

CESPE – JUIZ FEDERAL – TRF5 2013

70. Assinale a opção correta de acordo com a CF, as normas gerais de direito tributário e a jurisprudência do STJ e do STF.

A) Não é admissível o repasse, na fatura de energia elétrica, do encargo financeiro relativo à contribuição de integração social e à contribuição para o financiamento da seguridade social devidas pela concessionária.

B) O fato de a sociedade não ser localizada no endereço fornecido como domicílio fiscal não gera presunção de que ela tenha sido irregularmente dissolvida.

C) É constitucional a adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, mesmo que haja integral identidade entre uma base e outra.

D) O CTN adota expressamente o princípio do non olet, cuja aplicação implica tributação do produto da atividade ilícita, bastando, para tanto, que a hipótese de incidência da obrigação tributária se realize no mundo dos fatos.

E) O IR será norteado pelos critérios da generalidade, da seletividade e da progressividade, na forma da lei.

A) **Não** é admissível o repasse, na fatura de energia elétrica, do encargo financeiro relativo à contribuição de integração social e à contribuição para o financiamento da seguridade social devidas pela concessionária. (STJ)

B) O fato de a sociedade não ser localizada no endereço fornecido como domicílio fiscal **não** gera presunção de que ela tenha sido irregularmente dissolvida.

STJ - Súmula 435 - Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente.

C) É constitucional a adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, mesmo que haja integral identidade entre uma base e outra.

Súmula Vinculante n. 29 - É constitucional a adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, desde que não haja integral identidade entre uma base e outra.

D) O CTN adota expressamente o princípio do non olet, cuja aplicação implica tributação do produto da atividade ilícita, bastando, para tanto, que a hipótese de incidência da obrigação tributária se realize no mundo dos fatos.

CTN, Art. 118. A definição legal do fato gerador é interpretada abstraindo-se:

I - da validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes, responsáveis, ou terceiros, bem como da natureza do seu objeto ou dos seus efeitos;

II - dos efeitos dos fatos efetivamente ocorridos.

E) O IR será norteado pelos critérios da generalidade, da **seletividade** e da progressividade, na forma da lei.

CF/88, Art. 153, III, §2º [O IR] I - será informado pelos critérios da generalidade, da universalidade e da progressividade, na forma da lei;

CESPE – JUIZ FEDERAL – TRF2 2009

61. Com relação às limitações constitucionais do poder de tributar, assinale a opção correta.

A) A proibição constitucional da utilização de tributo com efeito de confisco decorre de seu efeito cumulativo, ou seja, sempre que várias incidências estabelecidas pelo mesmo ente tributante afetarem o patrimônio ou rendimentos do contribuinte de forma não razoável. Nessa situação, sua verificação é individual, passível apenas de controle difuso da constitucionalidade.

B) A utilização de tributo com efeito de confisco tem como parâmetro a incidência do novo tributo em face de sua própria carga tributária, não o total da carga tributária a que esteja submetido o contribuinte.

C) As multas aplicadas em face da sonegação ou do não recolhimento dos impostos, quando superem o valor do bem, em princípio ofendem tanto o princípio da proporcionalidade quanto o da proibição de tributos com efeito de confisco.

D) Confisco é sanção e, para verificar se o tributo tem esse efeito, é necessário examinar se a lei que instituiu o tributo tem como fim impor penalidade ao contribuinte.

E) Os tributos indiretos são repassados ao consumidor final e não incidem sobre renda ou patrimônio, sendo-lhes inaplicável o princípio constitucional da vedação de confisco.

A) A proibição constitucional da utilização de tributo com efeito de confisco decorre de seu efeito cumulativo, ou seja, sempre que **várias incidências** estabelecidas pelo mesmo ente tributante afetarem o patrimônio ou rendimentos do contribuinte de forma não razoável. Nessa situação, sua verificação é individual, passível apenas de controle difuso da constitucionalidade.

B) A utilização de tributo com efeito de confisco tem como parâmetro a incidência do novo tributo em face de sua própria carga tributária, **não** o total da carga tributária a que esteja submetido o contribuinte.

C) As multas aplicadas em face da sonegação ou do não recolhimento dos impostos, quando superem o valor do bem, em princípio ofendem tanto o princípio da proporcionalidade quanto o da proibição de tributos com efeito de confisco. (STF)

D) Confisco é sanção e, para verificar se o tributo tem esse efeito, **é necessário examinar se a lei que instituiu o tributo tem como fim impor penalidade ao contribuinte.**

E) Os tributos indiretos são repassados ao consumidor final e não incidem sobre renda ou patrimônio, **sendo-lhes inaplicável o princípio constitucional da vedação de confisco.**

CESPE – JUIZ FEDERAL – TRF5 2013

66. Assinale a opção correta de acordo com a CF, as normas gerais de direito tributário e a jurisprudência do STJ e do STF sobre essa matéria.

- A) Incide IR sobre a indenização por danos morais.
- B) É possível a instituição de taxa sobre o serviço de iluminação pública.
- C) De acordo com o STF, a não cumulatividade é considerada cláusula pétrea, visto que constitui direito fundamental das pessoas na condição de contribuintes.

D) A edição pela União de norma modificadora alterando o prazo para o recolhimento de determinada obrigação tributária deve respeitar o princípio da anterioridade.

E) Configura-se o caráter confiscatório de determinado tributo sempre que o efeito cumulativo, resultante das múltiplas incidências tributárias estabelecidas pela mesma entidade estatal, afetar, substancialmente e de maneira irrazoável, o patrimônio ou os rendimentos do contribuinte.

A) **Incide** IR sobre a indenização por danos morais.

STJ, Súmula 498. Não incide IR sobre a indenização por danos morais.

B) **É possível** a instituição de taxa sobre o serviço de iluminação pública.

STF, Súmula 670. O serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa.

C) De acordo com o STF, a não cumulatividade **é considerada cláusula pétrea**, visto que constitui direito fundamental das pessoas na condição de contribuintes.

STF (ADI 939): a não-cumulatividade não é cláusula pétrea, eis que não constitui garantia individual e direito fundamental dos contribuintes.

D) A edição pela União de norma modificadora alterando o prazo para o recolhimento de determinada obrigação tributária **deve respeitar** o princípio da anterioridade.

STF, Súmula n. 669. Norma legal que altera o prazo para o recolhimento de obrigação tributária não se sujeita ao princípio da anterioridade.

E) Configura-se o caráter confiscatório de determinado tributo sempre que o efeito cumulativo, resultante das múltiplas incidências tributárias estabelecidas pela mesma entidade estatal, afetar, substancialmente e de maneira irrazoável, o patrimônio ou os rendimentos do contribuinte.

CESPE – JUIZ FEDERAL – TRF1 2009

66. Assinale a opção correta com relação aos princípios constitucionais da anterioridade e da legalidade.

A) Às taxas é aplicado o princípio da anterioridade de exercício, mas não o da anterioridade nonagesimal, que é restrita a impostos e contribuições.

B) Ofende o princípio da legalidade decreto que antecipa data de recolhimento de tributo.

C) Autarquia federal pode expedir instrução normativa para cobrança de preço público objetivando custear o cadastro de empresas e serviços administrativos referente à fiscalização das atividades desenvolvidas por empresas do ramo importador de pescados, inclusive estabelecendo sanções pecuniárias para o descumprimento das obrigações que relacionar.

D) Inexistindo legislação específica impondo condições e limites, é lícito ao Poder Executivo alterar as alíquotas da contribuição de intervenção no domínio econômico (CIDE).

E) Atende ao princípio da anterioridade de exercício a publicação, no Diário Oficial, da lei instituidora de imposto no dia 31/12, sábado, apesar de a sua circulação dar-se apenas na segunda-feira.

A) Às taxas é aplicado o princípio da anterioridade de exercício, **mas não** o da anterioridade nonagesimal, que **é restrita** a impostos e contribuições.

B) **Ofende** o princípio da legalidade decreto que antecipa data de recolhimento de tributo.

C) Autarquia federal pode expedir instrução normativa para cobrança de preço público objetivando custear o cadastro de empresas e serviços administrativos referente à fiscalização das atividades desenvolvidas por empresas do ramo importador de pescados, inclusive estabelecendo sanções pecuniárias para o descumprimento das obrigações que relacionar.

D) Inexistindo legislação específica impondo condições e limites, é lícito ao Poder Executivo alterar as alíquotas da contribuição de intervenção no domínio econômico (CIDE) [CIDE Combustíveis].

E) Atende ao princípio da anterioridade de exercício a publicação, no Diário Oficial, da lei instituidora de imposto no dia 31/12, sábado, apesar de a sua circulação dar-se apenas na segunda-feira.

CESPE – JUIZ FEDERAL – TRF3 2011

66. Em setembro de 2011, a União editou decreto determinando a elevação das alíquotas de IPI sobre a importação de automóveis e instrução normativa determinando a prorrogação do direito de dedução, sobre o imposto de renda anual da pessoa física, da contribuição previdenciária paga a empregado doméstico. Em ambas as normas, há cláusula de vigência para o dia da publicação desses atos normativos. Acerca desse aspecto, é correto afirmar, em conformidade com a CF e com o CTN, que

A) os efeitos do decreto produzem-se a partir de 1.º/1/2012, e os da instrução normativa, a partir da publicação.

B) os efeitos do decreto produzem-se após 90 dias contados da publicação, e os da instrução normativa, a partir da publicação.

C) os efeitos do decreto e da instrução normativa produzem-se após 90 dias contados da publicação.

D) os efeitos do decreto e da instrução normativa produzem-se a partir de 1.º de janeiro de 2012.

E) os efeitos do decreto e da instrução normativa produzem-se a partir da publicação dessas normas.

- A) os efeitos do decreto produzem-se a partir de 1.º/1/2012, e os da instrução normativa, a partir da publicação.
- B) os efeitos do decreto produzem-se após 90 dias contados da publicação, e os da instrução normativa, a partir da publicação.
- C) os efeitos do decreto e da instrução normativa produzem-se após 90 dias contados da publicação.
- D) os efeitos do decreto e da instrução normativa produzem-se a partir de 1.º de janeiro de 2012.
- E) os efeitos do decreto e da instrução normativa produzem-se a partir da publicação dessas normas.

Imunidade Tributária (2 questões)

CESPE – JUIZ FEDERAL – TRF1 2009

70. Com referência às limitações do poder de tributar, assinale a opção correta.

A) Contra a imposição de multas por sonegação fiscal ou mesmo pelo não recolhimento do tributo, não se pode argumentar com a proibição constitucional de utilização de tributo com efeito de confisco, já que de tributo não se trata.

B) A imunidade constitucional de livros não se estende à COFINS.

C) A limitação de exigência tributária sobre o patrimônio, renda ou serviços uns dos outros (União, estados, DF e municípios) é passível de modificação constitucional, uma vez que se trata de princípio de garantia subjetiva, e a restrição de imutabilidade tributária refere-se às garantias objetivas.

D) Pode incidir IOF sobre aplicações financeiras realizadas por autarquia estadual, uma vez que as rendas derivadas são relativas a atividades eminentemente privadas.

E) A imunidade tributária sobre livros, jornais e periódicos abrange a aquisição de máquinas e aparelhos destinados à sua impressão.

A) Contra a imposição de multas por sonegação fiscal ou mesmo pelo não recolhimento do tributo, **não** se pode argumentar com a proibição constitucional de utilização de tributo com efeito de confisco, já que de tributo não se trata.

B) A imunidade constitucional de livros não se estende à COFINS.

C) A limitação de exigência tributária sobre o patrimônio, renda ou serviços uns dos outros (União, estados, DF e municípios) **é passível de modificação constitucional**, uma vez que se trata de princípio de garantia subjetiva, e a restrição de imutabilidade tributária refere-se às garantias objetivas.

D) **Pode** incidir IOF sobre aplicações financeiras realizadas por autarquia estadual, uma vez que as rendas derivadas são relativas a atividades eminentemente privadas.

E) A imunidade tributária sobre livros, jornais e periódicos **abrange** a aquisição de máquinas e aparelhos destinados à sua impressão.

CESPE – JUIZ FEDERAL – TRF5 2013

67. Ainda com base na CF, nas normas gerais de direito tributário e na jurisprudência do STJ e do STF sobre essa matéria, assinale a opção correta.

A) Ainda que a isenção tenha sido concedida por prazo certo e sob condição onerosa, é possível a sua posterior revogação, com efeitos sobre os contribuintes que tiverem por ela sido beneficiados, já que eles não possuem direito adquirido de usufruir do benefício legalmente estipulado.

B) É devida a correção monetária ao creditamento do IPI quando há oposição ao seu aproveitamento decorrente de resistência legítima do fisco.

C) A simples declaração, pelo contribuinte, do débito tributário lhe dá o direito de obter a certidão negativa ou positiva com efeito de negativa.

D) O inadimplemento da obrigação tributária pela sociedade é suficiente, por si só, para atrair a responsabilidade solidária do sócio-gerente.

E) A imunidade tributária recíproca é princípio garantidor da Federação, motivo pelo qual não pode ser restringida nem mesmo por emenda constitucional.

Legislação Tributária (5 questões)

CESPE – JUIZ FEDERAL – TRF2 2013

68. A União poderá instituir impostos não previstos na CF, desde que eles não sejam cumulativos nem tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos nela discriminados, mediante

- A) medida provisória.
- B) lei delegada.
- C) lei ordinária.
- D) lei complementar.
- E) emenda constitucional.

CF/88, Art. 154. A União poderá instituir:

I - mediante lei complementar, impostos não previstos no artigo anterior, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados nesta Constituição;

CESPE – JUIZ FEDERAL – TRF1 2009

61. No que se refere aos princípios gerais do Sistema Tributário Nacional (STN) e à elaboração legislativa, assinale a opção correta.

A) Antes da vigência da CF, a União concedia isenção de IPI por meio de decreto-lei, consoante admitido pela carta revogada. Tal benefício, pelo novo STN, só é passível de concessão por meio de lei, em razão de que **sobreveio inconstitucionalidade formal superveniente**.

B) **Haverá regularidade formal** sempre que a União editar lei ordinária regulando a fruição das imunidades tributárias estabelecidas na CF.

C) Apesar da discussão jurisprudencial, o STF firmou entendimento de que **a concessão de benefício tributário somente pode ocorrer por meio de lei complementar** e que a alteração posterior há de ser efetivada por essa modalidade legislativa, por ter sido opção política do legislador infraconstitucional.

D) O STF passou a entender que os estados e o DF podem estabelecer outros meios não previstos expressamente no Código Tributário Nacional de extinção de seus créditos tributários, máxime porque podem conceder remissão, e quem pode o mais pode o menos.

E) No STN, a lei complementar deve ser observada quanto à forma, **não** havendo exigência de sua vinculação no que diz respeito à matéria veiculada.

CESPE – JUIZ FEDERAL – TRF1 2011

62. Considerando o que dispõe a CF acerca da CSLL, assinale a opção correta.

- A) É possível, desde que por meio de lei, estabelecer a substituição tributária da CSLL.
- B) O contribuinte da CSLL deve ser definido por meio de lei complementar.
- C) O fato gerador da obrigação tributária da CSLL deve ser definido por meio de lei complementar.
- D) Não incide CSLL sobre a produção de papel destinado à impressão de jornais.
- E) Qualquer isenção relativa à CSLL somente poderá ser instituída por meio de lei que regule exclusivamente a referida contribuição.

A) É possível, desde que por meio de lei, estabelecer a substituição tributária da CSLL.

CF/88, Art.150,§7º CF - A lei poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido.

B) O **contribuinte** da CSLL deve ser definido por meio de **lei complementar**.

C) O **fato gerador** da obrigação tributária da CSLL deve ser definido por meio de **lei complementar**.

CF/88, Art. 146. Cabe à lei complementar: III - estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre: a) definição de tributos e de suas espécies, bem como, em relação aos impostos discriminados nesta Constituição, a dos respectivos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes;

D) **Não** incide CSLL sobre a produção de papel destinado à impressão de jornais.

CF/88, Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: VI - instituir impostos sobre: d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

E) Qualquer isenção relativa à CSLL somente poderá ser instituída por meio de **lei que regule exclusivamente a referida contribuição.**

CF/88, Art.150, § 6.º Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição...

